

# Consulta Popular

## Subsídios para o debate sobre o Movimento Estudantil

*“Ou os Estudantes se Identificam com o destino  
do seu povo, com ele sofrendo a mesma luta,  
ou se dissociam, e dessa forma se aliam  
àqueles que exploram o povo”.*

Florestan Fernandes

São Paulo

Junho de 2009

# **1. Sobre a conjuntura política**

## **1.1. Um longo período de ofensiva do Capital e descenso do movimento de massas**

Enfrentamos nos últimos anos um período longo de uma conjuntura extremamente adversa para a classe trabalhadora. A correlação de forças no plano internacional deflagrada com o final da União Soviética e das experiências socialistas do Leste europeu, possibilitou no aspecto econômico, político, ideológico e militar a intensificação dessa ofensiva. A partir dos anos de 1990 ingressamos num período de refluxo das lutas de massas. A ofensiva do capital causou impactos na organização da classe trabalhadora. Desde a derrota da greve nacional dos petroleiros, em 1995, o movimento sindical não mais conseguiu enfrentar os bloqueios jurídicos repressivo, mantendo mobilizações que permaneceram localizadas, de impacto restrito. As demais mobilizações dos movimentos sociais, embora importantes para a organização dos trabalhadores, não conseguiram alterar a correlação de forças nesse período.

## **1.2. A crise inaugura um novo período histórico**

Não estamos diante de apenas uma crise do modelo neoliberal ou de uma mera crise financeira, mas de uma crise global, prolongada, com características recessivas e depressivas, cuja intensidade encerra um período histórico de ofensiva do capital e abre a possibilidade de um reascenso da luta de massas, com distintas tarefas políticas, ideológicas e organizativas.

O desenrolar de um período recessivo internacional nos próximos anos aponta para a intensificação dos conflitos de classes e a possibilidade de mudanças na correlação de forças, em que se espera o reascenso da capacidade de luta das massas. As crises desestruturam os mecanismos de dominação e antecedem as mudanças ao impossibilitar as mesmas condições de sobrevivência e empurrar o povo para as lutas.

Porém, embora uma crise constitua uma premissa material para o surgimento de situações revolucionárias, a agudização das contradições internas do capitalismo sem a presença de forças revolucionárias pode – como demonstra a história – não se canalizar para a intensificação das lutas e ao reascenso do movimento de massas. Em outras palavras, sem organização e direção política a crise terá uma solução capitalista. Daí vislumbrarmos duas saídas.

Uma saída seria dirigida pela burguesia, e teriam como possíveis desdobramentos: a destruição de parte do capital acumulado; a realização de guerras e conflitos bélicos; o aumento da exploração sobre os trabalhadores em todo o mundo; a maior transferência de capital dos países da periferia para o centro; o uso do Estado como gestor da poupança nacional recolhida em impostos para transferir aos capitalistas em crise; a intensificação da apropriação de recursos naturais pelos grandes capitalistas; e possíveis mudanças no padrão tecnológico da produção industrial, buscando aumentar a produtividade do trabalho.

Outra saída seria a revolucionária, com a superação das relações de produção capitalistas e a criação de outras superiores. Portanto, o fator que determinará a superação dessa crise mundial é a capacidade subjetiva do proletariado colocar-se enquanto alternativa de poder em cada país.

Isso implica em considerar que a crise acentua a disjuntiva entre uma saída do Projeto Popular e a saída capitalista impulsionada pelo imperialismo. Portanto, em última instância, o elemento definidor desse conflito será o resultado da luta pelo poder entre estes dois projetos.

## 2. Momento atual da organização e lutas estudantis

O momento atual é marcado por uma profunda ausência de orientação estratégica para a União Nacional dos Estudantes (UNE) e demais entidades estudantis, e pela disseminação de práticas e valores conservadores entre os estudantes.

### 2.1. A origem da crise do movimento estudantil

Como dito anteriormente, com o avanço do neoliberalismo ingressamos no período de ofensiva do capital. A estratégia da burguesia neste período foi de desmantelamento por dentro das lutas sociais, eliminando qualquer horizonte socializante, presente nas mobilizações, especialmente operárias, da década de 1980.

Importante destacar que a ofensiva do capital, de forma constante e gradativa, ao aumentar as taxas de exploração dos trabalhadores; implementou políticas empresariais de cunho filantrópico (especialmente através de ONG's); elegeu o agronegócio exportador como vedete da produção no campo, em detrimento da agricultura familiar; e promoveu a ampliação da educação como um serviço e voltado para o mercado, assim como o sucateamento das universidades públicas. Este conjunto de ações trouxe consequências para as lutas sociais, pois impôs derrotas sucessivas aos trabalhadores e acabou por retirar a transformação política e a defesa dos interesses comuns da centralidade da pauta e colocou as organizações sociais na defensiva, em luta pelas reivindicações mais imediatas. A luta imediata, isolada, acabou por rebaixar o nível de consciência, corrompendo o horizonte socialista, de luta por grandes transformações, que vinham se desenhando na década de 1980.

Nessa conjuntura, os movimentos sociais, entre eles o estudantil, tomaram um estágio econômico-corporativo como um dado inescapável do trabalho de mobilização. E ainda que articulassem suas pautas a uma luta política difusa, de construção em torno de uma opção de classe, restaram-se fragmentados e isolados em suas pautas.

### 2.2. A natureza da crise no movimento estudantil

*É uma crise de prática.* Os últimos anos provocaram efeitos devastadores na prática do movimento estudantil, disseminando posturas cada vez mais conservadoras e conciliatórias, perdendo em poucos anos, o seu sentido de massas e combatividade. O período histórico que se abre exigirá uma nova prática do movimento estudantil, mais aguerrida e menos conciliatória, mais massiva e menos institucionalizada. Uma prática que busque concretizar as possibilidades abertas em tempos de crise e que dê consequência às lutas estudantis.

*É uma crise de valores.* Os valores fazem parte do caráter e da conduta das forças transformadoras. O movimento da revolução arrasta junto de si milhões de seres sociais, agentes e sujeitos das transformações que estimulam a querer se diferenciar das forças dominantes que enfrentam na luta pela transformação da sociedade. Por isso não comportam atitudes mesquinhas, egoístas e oportunistas, valores estes das forças dominantes, e que vêm se tornando hábitos no movimento estudantil. Os valores, para os lutadores e lutadoras do povo não se tratam de uma mera escolha que diferencia o bem do mal, mas de uma linha de conduta que interliga o conjunto das atitudes e práticas que temos e a sociedade que nos lançamos a construir.

*É uma crise de orientação estratégica.* Vive-se um longo período de dispersão da pauta política do movimento estudantil, período em que este, mesmo realizando diversas ações, reduziu sua intervenção a questões pontuais, sem grande impacto nacional. Quanto aos grandes temas referentes à educação, o movimento estudantil se resignou a uma postura meramente reativa às propostas dos governos, seja defendendo-as ou rejeitando-as, mas em ambos os casos, sem refletir sobre a estratégia do movimento. Os debates e as lutas por

mudanças estruturais na educação, através de uma atuação nacional e unificada do movimento estudantil, ante a conjuntura que se foi configurando, perderam espaço.

### 2.3. O tema da “reorganização do Movimento Estudantil”

A expressão *reorganização do movimento estudantil* é pautada com maior freqüência há pouco tempo, mais especificamente a partir do surgimento de forças que romperam com a União Nacional dos Estudantes (UNE). Embora o tema já existisse antes, sua utilização passou a ser recorrente nos meios estudantis, ligada a dois acontecimentos: primeiro, os processos de ocupação de reitorias protagonizados pelos estudantes em tempos recentes, que passaram a denotar, segundo algumas análises, um provável reascenso das lutas estudantis; e segundo, a construção de uma nova entidade nacional, contraposta a UNE, e que seria capaz de impulsionar esse processo de reascenso.

É preciso ter um olhar crítico sobre as análises que surgem em seu interior do movimento estudantil. Eis alguns questionamentos que se deve realizar para verificarmos se ocorrem realmente processos de reorganização do movimento estudantil:

1º) Há uma maior adesão dos estudantes às lutas e propostas organizativas do movimento estudantil, capazes de mostrar que se vem fomentando uma crescente capacidade de organização autônoma dos estudantes?

2º) Conseguimos impor derrotas à classe dominante e obtivermos conquistas para os estudantes, que possam denotar que estamos num momento de ofensiva?

3º) São crescentes as iniciativas de ações unitárias entre as forças com atuação no movimento estudantil, capazes de constituírem pólos reais de unificação?

4º) É cada vez maior a articulação do movimento estudantil com as organizações de classe, de forma a conseguirmos construir lutas massivas e unitárias com os diversos setores da classe trabalhadora?

5º) Tem havido processos cada vez maiores de construção de experiências de formação política que denotam uma elevação do nível de consciência de parcelas crescentes dos estudantes?

Este é o balanço político que se coloca para nós. A partir desses questionamentos, deve-se fazer um debate sério entre os militantes do movimento estudantil.

A percepção que temos é de que ainda se vive um *momento de refluxo*, em que seguimos enfrentando um contexto de pulverização de iniciativas e descenso das lutas estudantis. E cada força política procura legitimamente formular respostas, porém multiplica iniciativas que não se encontram em um pólo de unificação, tornando as iniciativas pontuais e fragmentadas, insuficientes na construção de lutas comuns e no envolvimento de parcelas crescentes de estudantes. Dessa forma, não há que se falar em reorganização do movimento estudantil. O processo de rompimento com a UNE e construção de uma nova entidade não se traduz em efetiva reorganização do movimento estudantil, mas sim em disputa entre forças que nele atuam, e não apresentam marcas de um novo ciclo das lutas estudantis.

Porém, a etapa histórica que se inicia com a crise capitalista abre potencialidades para o movimento estudantil. Acirrar-se-ão as contradições latentes na educação brasileira, nas instituições de ensino médio e superior, e estas *tenderão* a colocar o movimento estudantil em um novo patamar em suas lutas, traduzindo-se em tarefa importante nesse momento a construção de bases sólidas para configuração de um forte movimento.

### 3. A construção de bases impulsionadoras do movimento estudantil

#### 3.1. Papel do movimento estudantil na luta de classes

No movimento estudantil, através da história, mostraram-se perceptíveis duas características ou papéis sociais na luta de classes, que ainda hoje lhe conformam a atuação:

- Primeiro, a tendência, sob certas conjunturas, de se massificar e se consolidar como um *movimento de massas*. Percebe-se que ante a condição essencialmente jovem dos militantes das organizações estudantis, e sua posição como integrante de uma estrutura social – a escola – em que, em certa medida, são permitidas reflexões políticas, coube ao movimento estudantil uma militância de disputa da educação e dos grandes temas da sociedade, capaz de em determinadas conjunturas se tornar massivo, influir favoravelmente na correlação de forças, e ter peso na luta de classes. Como exemplos, a revolta de Córdoba (Argentina), o maio de 68 (França), e as lutas estudantis no final da década de 60 no Brasil.
- Segundo, a conformação de um *espaço formador de militantes*. Os militantes do movimento estudantil teriam em seu momento transitório, de estudantes, condições de desenvolver suas potencialidades de atuação política. Seria esta condição estudantil, ocasião de se prepararem, vindo posteriormente a figurar como militantes organizados em outras estruturas políticas, ou mesmo, quadros dos partidos.

#### 3.2. Concepção de Movimento Estudantil

Decorrente dos debates sobre o papel do movimento estudantil na luta de classes surge inevitavelmente a necessidade de compreensão a respeito da concepção de movimento estudantil, ou seja, aquilo que o movimento estudantil deve desenvolver como suas características para que se massifique e se consolide como um espaço formador. Ou em outras palavras, para que concretize seu papel na luta de classes.

O movimento estudantil hoje é marcado pela dificuldade de pensar sobre sua própria ação, seu movimentar na luta e a transmissão desses debates aos novos militantes. Necessita de uma nova cultura política, capaz de fazê-lo pensar sobre si mesmo, questionar sua situação atual e pautar-se por uma concepção em que esteja presente o sentido de massas e combatividade, sua aliança com os trabalhadores, a sua autonomia, a sua formação política e o resgate de sua história.

- *Movimento Estudantil de massas* – Lênin nos ensinou, e a vida confirma, que a formação política, os meios de propaganda e também agitação, por si mesmos, são insuficientes para levar o povo a compreender e se integrar com fervor nas atividades de transformação social. Para isto necessita-se da própria experiência nas lutas de massas. Nosso esforço reside exatamente em assegurar que as lutas do movimento estudantil se massifiquem, pois são as ações massivas que alteram a correlação de forças e elevam o nível de consciência. O problema consiste exatamente em contribuir à experiência de massas, em ajudá-las a desenvolver suas energias transformadoras pelos canais legítimos, em cada etapa de desenvolvimento da luta de classes. Nem receitas, nem fórmulas gerais resolvem o problema, portanto, devemos sempre ir testando a capacidade de lutas entre os estudantes, com vistas a massificarmos suas ações. Nas condições atuais da luta de classes o decisivo não reside em acentuar os objetivos finais ou posteriores da luta (a questão do socialismo), senão as “palavras de ordem” aglutinadoras diretamente vinculadas com as circunstâncias que mais asfixiam a vida dos estudantes, nos planos econômico, social e político. Traduz-se em erro, por sua vez, concepções que nos últimos anos se fizeram presentes no movimento estudantil, sob a afirmação de que estes jovens somente se movimentam por suas pautas econômicas. São as condições materiais da sociedade e a dinâmica atual da luta que definem as circunstâncias que mais afligem a vida dos estudantes, não sendo definíveis a priori se estas se

configuram em pautas específicas ou gerais. Por certo, às lutadoras e aos lutadores sempre coube a tarefa de conexão entre os planos econômicos, sociais e político das lutas, na tentativa constante de o Movimento Estudantil sair do seu “internismo”, e ser capaz de visualizar e lutar por transformações mais amplas que suas pautas corporativas.

- *Movimento Estudantil em aliança com os trabalhadores* – Como se conforma e se posiciona o movimento estudantil na luta de classes? Podemos dizer que os grupos estudantis envergam as marcas das classes as quais pertencem, tanto pela questão da sua base social de sustentação, quanto pelas opções político-ideológicas que tomam. Assim, independentemente de outras marcas com as quais se cubram e das representações que tenham dessa condição, constitui o movimento estudantil sempre com uma perspectiva de classe, seja a das classes dominantes, seja a das classes exploradas. Pois mesmo que a base social de composição do movimento estudantil não seja majoritariamente de filhos e filhas de trabalhadores, os grupos que conformam o movimento estudantil assumem posição de classe, através das opções político-ideológicas que defendem, e também das opções de base a qual procuram defender seus interesses. Nesse sentido podemos falar que ao movimento estudantil cabe uma opção de classe e por sua vez, a relação deste com as diversas organizações de trabalhadores é necessária por sua capacidade de aprofundar no movimento estudantil o caráter classista e de solidariedade em suas ações.
- *Formação política e resgate da história do movimento estudantil* – As gerações de militantes que se apresentam no movimento estudantil, assim como sua base social, devem ser incentivados a formação política, especialmente nas questões do marxismo. Não como instrução bancária, mas como um guia de ação e de diagnóstico da realidade. Pois, para além de ser recipiente de informações e conteúdos, a juventude deve ser incentivada a formular, a perquirir e diagnosticar a realidade; deve ser capaz de pensar com sua própria cabeça. Devemos fugir das fraseologias revolucionárias repetidas sem contexto. Portanto a formação política deve ser capaz de nos desvencilhar das falsas teorias, e de projetar na realidade, vivenciada pelos estudantes, uma interpretação materialista e dialética da história. Por outro lado, também é necessário resgatar a história do movimento estudantil. Um movimento sem história é manco. São sabidas as dificuldades de transmissão de experiências dentro das organizações estudantis, especialmente pela transitoriedade dos indivíduos. Porém, devemos ter sempre em mente que transitórios são os militantes, e não o movimento estudantil. Esse possui história, que precisa ser resgatada. E muitas das perguntas que hoje nos fazemos sobre “o que fazer?” já foram também questionamentos em outros momentos, e poderiam ser resgatados em nossas reflexões.

Os lutadores e as lutadoras do povo que atuam no movimento estudantil almejam a construção de novos valores e práticas no movimento estudantil, capazes de recolocá-lo em um movimento de expansão, com maior participação dos estudantes, comprometido com as causas populares, disciplinado em sua formação, conseqüente em suas lutas.

### **3.3. A questão da unidade nas lutas estudantis**

*Sobre a unidade das forças populares.* A luta de classes demonstra que não é suficiente proclamar a necessidade da unidade para avançar em sua realização, é preciso praticá-la. É precisamente deste modo que se prova a maturidade da militância e a plena entrega à causa de seu povo. Onde as paixões individuais, os desvios sectários e demais limitações, devem ceder lugar aos interesses coletivos das massas.

O processo unitário abrange todas as forças motrizes da revolução e os setores democráticos aliados. Entretanto, seu nervo vital é a sólida união da vanguarda. O certo é que quando os diferentes destacamentos

conseguem cimentar sua unidade de ação, têm uma estratégia coerente e sustentam táticas de lutas comuns, as massas populares – solidárias entre si por instinto – multiplicam esta unidade, até fazê-la irreversível.

A entrada em cena de um projeto político que represente os anseios do povo, enquanto força social, necessitará da construção de unidade entre as forças populares. Os conflitos entre as organizações populares, embora inevitáveis ante as divergências estratégicas e táticas, dispersam energias e dificultam a construção de lutas com expressão nacional.

A unidade não é algo abstrato. É algo que se materializa, e a forma mais visível dessa materialização são as lutas. Aprendemos a importância de unir as forças sociais em torno de ações unitárias de impacto nacional ou campanhas que politizam e se enfrentam com o inimigo. A unidade potencializa a capacidade das ações.

*Sobre a unidade no movimento estudantil.* Cada luta exige construção e planejamento. E se quisermos assegurar a unidade, também entre as organizações estudantis, temos que ter a habilidade de envolver as diversas forças sociais e políticas do movimento estudantil nesta construção. É preciso saber transigir naquilo que não é essencial, e trabalhar de forma unitária, inviabilizando o discurso daqueles que pretendem construir seus próprios aparatos, gerando reações e boicotes à tentativa de lutas comuns.

Nosso papel é sermos o sujeito construtor da unidade em torno das lutas estudantis, no esforço sempre persistente em assegurar que elas se massifiquem. Devemos investir na construção de um movimento estudantil que se pautar pela necessidade de superar as reivindicações corporativas e que se proponha a avançar na construção da unidade em torno do Projeto Popular.

### **3.4. Inimigos e adversários nas lutas estudantis**

Aspecto central no processo de construção de unidade nas lutas estudantis é a necessidade de firmarmos o entendimento, em todo o movimento estudantil, de que as forças políticas que atuam no interior da UNE, ou de qualquer outra entidade nacional, a despeito das mais profundas divergências que possamos ter com elas, não são nossas *inimigas*. Sabemos de vícios e desvios que permeiam a atuação de muitas dessas forças, suficientes para as considerarmos como *adversárias* e emprendermos disputas ideológicas e políticas face às suas práticas, mas que não justificam considerá-las como nossas inimigas. O inimigo sempre deve ser visto como inimigo de classe e, portanto, esse papel fica reservado às classes dominantes.

Quando correntes estudantis declaram o seu rompimento com a organização nacional dos estudantes (UNE), alegando que a entidade subjugou-se a classe dominante, passando a condição de inimiga na luta dos estudantes, cometem diversos equívocos. A começar por desconsiderar quaisquer divergências que possam ter em seu interior, organização que possui caráter de representação de massas e que abarca, por isso, as mais diversas forças políticas. Um outro equívoco é isolamento que tomam para si, afastando-se dos demais agrupamentos que atuam, reivindicam ou dirigem a entidade nacional, e que representam ou poderiam representar força social nas lutas. O aspecto mais visível desse equívoco se encontra na construção de lutas unitárias. Pois se torna insustentável para uma corrente ou agrupamento a construção de um processo unitário com aqueles que declaram publicamente como inimigos.

## **4. As transformações na base social do movimento estudantil**

### **4.1. Os estudantes do ensino médio (secundaristas)**

Em 2005 foram 9.031.302 matrículas no ensino médio em todo o país, quase 240% a mais do que o número registrado em 1991 (3.772.698 matrículas). De fato, nesse período, a matrícula nesse nível de ensino mais que duplicou, no entanto, estima-se que apenas 32% da população na faixa etária entre 15 e 17 anos encontram-se atualmente matriculados nas escolas de ensino médio. O Brasil está apenas em 50º lugar no atendimento e qualificação do ensino fundamental e médio.

Os estudantes do nível médio, os secundaristas, são formados por uma grande massa de jovens, que enfrentam problemas como a precariedade do ensino, a dificuldade de transporte e a falta de acesso à cultura. A maior parte dos estudantes, cerca 87% do total de matriculados, freqüentam escolas públicas, sendo que destes, a grande maioria são filhos de trabalhadores e trabalhadoras. Sendo tarefa, dos lutadores e lutadoras, o incentivo para que esses jovens se organizem e façam lutas.

#### **4.2. Os estudantes de instituições superiores privadas**

No tocante ao movimento estudantil universitário, ressalta-se que a sua própria base social transformou-se. O ensino superior na década de sessenta alcançava pouco mais de 100 (cem) mil estudantes, basicamente nas instituições públicas. Hoje, dos quase 5 (cinco) milhões de estudantes universitários, mais de 70% aglomeram-se nas instituições privadas de ensino superior, enfrentando diversos problemas, como a permanência e a precariedade do ensino oferecido. É de se notar, também, que menos de 12% de jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados no Ensino Superior, do total de mais de 24 milhões de brasileiros nesta faixa etária segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Foram várias as mudanças, ocorridas tanto no sujeito estudante (seu crescimento e incorporação de setores populares), e também mudanças ocorridas nas condições objetivas de luta estudantil (as contradições se intensificam, ante o crescimento do número de estudantes não ser acompanhado pelo crescimento proporcional de investimento na educação). Esses impactos vivenciados em anos recentes deram um novo contorno a base social do movimento estudantil e a sua própria luta, tanto universitária quanto secundarista, e devem ser fatores de estímulo a uma atualização do debate político e organizativo do movimento estudantil.

A questão do *Programa Universidade Para Todos (PROUNI)*, por exemplo, traz como característica o acesso de jovens da classe trabalhadora ao ensino superior privado, por meio da concessão de bolsas. É um programa que traz enormes contradições. De início, o PROUNI foi, em si, uma saída para a “crise” por que passavam os empresários da educação superior. Após a expansão dos ensinos privados, ocorridos na década de 90, várias universidades ficaram com vagas ociosas. Ante isso, o governo trouxe como solução o preenchimento dessas vagas por estudantes de baixa renda, e, como contrapartida, ofereceu isenção de impostos (com exceção das filantrópicas, que já eram isentas, e tiveram que passar a oferecer bolsas). Assim, no grosso, o projeto apresenta-se como uma saída para o capital.

E o que é pior, nem todas as bolsas oferecidas por estas universidades são bolsas integrais. Assim, a quantidade de desistências no decorrer do curso é alta, pela dificuldade em se manter na universidade, devido às altas mensalidades e os custos de permanência. Também ocorre que algumas universidades filantrópicas deixaram de oferecer suas bolsas integrais de filantropia e passaram a apenas oferecer as bolsas PROUNI, reduzindo a quantidade geral de bolsas do programa. Ademais, todo ano cerca de 03 milhões de jovens do ensino médio fazem o exame ENEM sonhando entrar na Universidade através do PROUNI, porém nesses quatro anos, o PROUNI ofertou vagas em escolas particulares para 400 mil jovens provenientes de famílias de baixa renda.



Apesar de esse programa promover o acesso de milhares de jovens, advindos das camadas populares à Universidade brasileira, e trazer a percepção na sociedade de que estaríamos vencendo o abismo que sempre separou as camadas populares da universidade brasileira, não conseguiu diminuir *significativamente* a enorme demanda de acesso à educação superior advinda da juventude trabalhadora no país.

Às circunstâncias contraditórias do PROUNI (de inserir parcelas populares na universidade, mas privilegiar o ensino privado e não oferecer condições suficientes de permanência e qualidade do ensino) devem o movimento estudantil aproveitar as contradições que o projeto traz em si, e organizar essa juventude, incorporada ao ensino superior através do PROUNI. A luta contra os aumentos das mensalidades, por uma melhor qualidade de ensino, por uma educação voltada às necessidades do povo brasileiro, por professores, funcionários, estrutura (bibliotecas, salas de aula, laboratórios), por mais bolsas integrais, pela regulamentação da educação superior privada, enfim, se colocam na ordem do dia.

### **4.3. Estudantes de instituições superiores públicas**

As matrículas nas Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras, registradas em 2004, totalizaram 2.985.405 no setor privado (71,7%) e 1.178.328 no setor público (28,3%), segundo dados do INEP.

Fator que alterará a perspectiva estudantil, no interior das Universidades Públicas nos próximos anos é a questão do *Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI)*, que possui o objetivo de aumentar em 20%, pelo menos, as matrículas nos cursos de graduação.

O REUNI traz como principais características a ampliação de vagas nas universidades federais e uma maior deterioração nos aspectos qualitativos desta, especialmente nas questões do ensino. Questões como a falta de recursos, de professores, de funcionários, e de políticas de permanência dos jovens não serão suficientemente abrangidas pelo programa, e permanecerão pendentes. O REUNI reafirma também em seu bojo a defesa de um projeto de educação tecnicista, voltado essencialmente às necessidades de reprodução do capital e não as necessidades do povo brasileiro. Ou seja, permanecerá em aberto às contradições do ensino superior público, pois o programa não altera estruturalmente o quadro construído pelos anos de neoliberalismo.

Porém, assim como o PROUNI, esse programa permitirá a inserção de milhares de jovens, oriundos da classe trabalhadora, no ensino superior, pauta que historicamente defendemos. E isso o torna um programa contraditório, pois avança na incorporação de setores populares à universidade, porém, não ataca de frente problemas históricos da educação superior.

Sobre as lutas estudantis em torno da questão do REUNI, vê-se que agora que o REUNI foi aprovado em todas as universidades federais, não fará muito sentido ao movimento estudantil se organizar por combater ou apoiar o programa. Devemos, nesse momento, pensar a organização dos estudantes, explicitando as mazelas e contradições que continuarão a marcar a universidade pública brasileira, como a falta de condições de estudo, de estrutura e profissionais, de políticas de permanência, enfim, a falta de uma proposta educacional voltada aos interesses do povo brasileiro.

## **5. Educação é prioridade, sempre!**

### **5.1. A crise da educação brasileira**

No capitalismo, a educação é uma mercadoria. Assistimos, desde meados da década de 60, em todo o mundo, o aprofundamento da submissão da educação aos interesses do capital. O sistema público de ensino

encontra-se mergulhado numa enorme crise, sofrendo cada vez mais pelos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Paralelo ao definhamento da educação pública, obviamente, está o crescimento do sistema privado, que teve seu “boom” no Brasil a partir dos anos 90 com a avalanche neoliberal. De lá para cá são inúmeras as universidades privadas financiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras agências estatais. De acordo com a pesquisa organizada pela ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior), realizada no ano de 2004, existem 1.971 instituições de ensino superior no Brasil, sendo 1.762 particulares.

De acordo com os estudos realizados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, concluídos em 2004, o Brasil apresentou investimentos de apenas 3,9% do PIB (Produto Interno Bruto) em educação, o que o fazia ficar na antepenúltima posição entre os 36 países pesquisados. Ademais, o valor investido anualmente por aluno dos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior) correspondia a US\$ 1.303, enquanto alguns dos países da OCDE com melhor desempenho no relatório investiam cerca de 20% do seu PIB *per capita* em cada aluno matriculado no período de um ano.

Em 2006 os investimentos saltaram para 4,4% do PIB, o que está longe de satisfazer as reivindicações em torno da luta em defesa da educação no país. Na Constituição está previsto que o governo federal deve aplicar no mínimo 18% da receita arrecadada com impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), que inclui gastos como remuneração e aperfeiçoamento de professores, infra-estrutura e material didático-escolar. No entanto, desde 1994 vigora um dispositivo – a Desvinculação de Recursos da União (DRU) – que permite ao Executivo gastar como quiser 20% da sua receita com tributos. Dessa forma, a obrigatoriedade dos 18% passou a ser aplicada sobre o que sobra após a desvinculação de um quinto da arrecadação. Desobrigado a investir, os governos acabaram gastando menos em educação.

Amparado por essa medida legal estima-se que o governo, somente no período de 2001 a 2007, já deixou de aplicar R\$ 80 bilhões, que, por determinação constitucional, deveriam ter sido destinados à educação. O valor equivale a mais da metade do orçamento do Ministério da Educação para 2008, de R\$ 38,409 bilhões, e seria suficiente para manter mais de 2 milhões de jovens matriculadas no Ensino Médio, considerando o gasto anual de R\$ 1.004 por estudante, segundo dados de 2005 do INEP.

A crise capitalista impõe um cenário de aprofundamento das contradições do sistema educacional como um todo, que poderão ser verificados basicamente em duas tendências: a de cortes de investimentos na educação pública; e da utilização do Estado, pela classe dominante, como gestor da poupança nacional para transferir recursos aos capitalistas da educação em crise. Setores do governo, preocupados com a crise, já acenam para a revisão da proposta orçamentária para 2009.

Certamente que os próximos períodos serão decisivos para a educação, e um desfecho favorável dependerá da capacidade organizativa do povo brasileiro para fazer frente a mercantilização da educação brasileira, de forma que possamos avançar na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, na construção de um *projeto popular para a educação*.

## **5.2. A descoberta do pré-sal e a educação**

A importância da descoberta de petróleo na camada pré-sal é tão grandiosa que ainda é impossível quantificá-la com exatidão. Essa riqueza poderia nos dar melhores condições para enfrentarmos os principais problemas sociais que afligem nosso país, entre eles a educação. O único perigo é, mais uma vez, essa riqueza

ser saqueada pelas transnacionais do petróleo e por uma pequena elite brasileira que enriquece, há 500 anos, sobrepondo os seus interesses aos do país. É o povo brasileiro que precisa se apoderar dessa riqueza.

Entre as propostas apresentadas no campo popular, na questão do pré-sal, nos parece que a mais interessante para o diálogo com os estudantes é da luta pela criação de um Fundo Constitucional que vincule as riquezas do petróleo com as necessidades sociais do povo. Inscrever na Constituição Federal a regra que vincule as riquezas obtidas pelo petróleo com a *educação*, saúde, habitação, reforma agrária e desenvolvimento.

No movimento estudantil, o fundamental é estimular o amplo debate sobre o pré-sal e sobre o caráter estatal da Petrobrás para buscarmos as melhores soluções para o país e seu povo. Nossas energias devem se voltar para construir a campanha “O Petróleo tem que ser Nosso!”, compondo os comitês estaduais e envolvendo todas as forças dispostas a lutar por nossa soberania nacional.

### 5.3. A construção do Projeto Popular entre os estudantes

A nossa tática é calcada na organização de uma alternativa popular que recoloque na ordem do dia a necessidade de alterar o sistema de poder para realização de mudanças estruturais. A isso chamamos Projeto Popular para o Brasil. O cumprimento dessa tarefa exige trabalharmos na construção de uma força social capaz de atuar de maneira decisiva num reascenso da luta de massas.

No movimento estudantil, nosso objetivo imediato e principal deve ser acumular força social na construção de um projeto de educação que atenda as necessidades do povo brasileiro, empreendendo ações que permitam a maior participação possível dos estudantes e desenvolvendo iniciativas solidárias com outros setores em luta.

Somente as lutas poderão elevar o nível de consciência dos estudantes e ajudar a compreender que um problema reivindicativo, por mais setorial que se aparente, integra um contexto maior de dominação do capital financeiro e internacional sobre nossa economia e nosso povo, exigindo transformações estruturais para ser resolvido. As lutas, mobilizações e a solidariedade de classe podem ser exemplos de pedagogia de massas e armas para enfrentar a banalização do discurso e concretizar a necessidade do *projeto popular para a educação*, e sem sentido mais amplo e não desconexo, a necessidade do projeto popular para o Brasil.

Nosso papel é possibilitar que a capacidade de luta dos estudantes se aprofunde e se radicalize na perspectiva estratégica da conquista do poder do Estado. Isso implica em preparar-nos para um novo ciclo de reascenso das lutas estudantis, investindo energias na *formação política* dos militantes do movimento e de sua base social; nas *lutas*, intensificando o trabalho de base para que se massifiquem; e na *organização autônoma* dos estudantes, não se deixando cooptar, nem pelo Estado, nem pelas classes dominantes.

“Vamos seguir luchando y ponendo el cuerpo  
En la lucha por el poder del pueblo  
Contra los imperialismos y la oligarquía  
Por la patria socialista  
Libres o muertos  
Jamás esclavos”